

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MICHELLY LUZ DOS SANTOS

**A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO COMO
INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA: O CASO DA LIDERANÇA BRASILEIRA
NO BIÊNIO 2016-2018**

GOIÂNIA

2022

MICHELLY LUZ DOS SANTOS

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA: O CASO DA LIDERANÇA BRASILEIRA NO BIÊNIO 2016-2018

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador(a): Me. Guilherme Augusto B. Carvalho

GOIÂNIA

2022

SANTOS, Michelly L. 2022.

A cooperação internacional para o desenvolvimento como instrumento de política externa: o caso da liderança brasileira no biênio 2016-2018: Michelly Luz dos Santos– Goiânia, 2022.

Total de folhas: 62 f. il.

Orientador: Prof. Guilherme Augusto Batista Carvalho

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito Negócios e Comunicação, Goiânia, 2022.

1. Cooperação. 2. Política Externa. 3. Brasil. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais. II.

A cooperação internacional para o desenvolvimento como instrumento de política externa: o caso da liderança brasileira no biênio 2016-2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

MICHELLY LUZ DOS SANTOS

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA: O CASO DA LIDERANÇA BRASILEIRA NO BIÊNIO 2016-2018

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador(a): Me. Guilherme Augusto B. Carvalho

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Guilherme Carvalho (Orientador)

Prof. Dr. Danillo Alarcon

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa

RESUMO

A cooperação é uma ferramenta de política externa e foi amplamente usada pela política externa brasileira (PEB) para que pudesse conseguir legitimidade e credibilidade no cenário internacional. A cooperação tradicional norte-sul em que o Brasil era unicamente receptor de cooperação não estava mais conseguindo atender as necessidades do Brasil em seu momento de desenvolvimento. A PEB foi construída pensando em promover a solidariedade entre os países do Sul e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de influência do Brasil nos assuntos globais, a partir de uma diversificação de suas relações externas, tanto políticas como econômicas. Além disso, um dos objetivos da PEB era aumentar a projeção do Brasil no cenário internacional, o Brasil queria reconhecimento e ser visto como país solidário e capaz de ofertar cooperação. As relações com a África que foram amplamente desenvolvidas nos governos anteriores em termos de aproximação e criação de laços culturais, iriam ser direcionadas apenas a relações comerciais. Ao ampliar relações com os países do sul global, o Brasil também aumentaria sua projeção no cenário internacional e passaria a ser visto como um país solidário e mesmo que em desenvolvimento tinha grande potencial como país que poderia oferecer cooperação. A pergunta deste trabalho é analisar se a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por parte do Brasil, representou uma oportunidade para o aprimoramento da estratégia de cooperação para o desenvolvimento de 2016 a 2018. Entender qual o papel da África na agenda de política externa brasileira, em que momentos ela foi importante e quais os ganhos do Brasil com essa relação. O Brasil não apresentou uma continuidade nas relações com os países africanos pelo novo direcionamento da política externa de Temer e a inércia do governo Dilma em relação à África. A pesquisa consiste em uma pesquisa qualitativa com informações do tema coletadas em livros, artigos e teses, discursos, documentos oficiais entre outros. A pesquisa fará uma revisão bibliográfica em que serão estudados autores clássicos das relações internacionais e demais autores nas disciplinas de Cooperação Internacional e Política Internacional.

Palavras chave: Cooperação, Política Externa, Brasil.

ABSTRACT

Cooperation is a foreign policy tool and was widely used by Brazilian foreign policy (PEB) so that it could achieve legitimacy and credibility in the international scenario. The traditional north-south cooperation, in which Brazil was the only recipient of cooperation, was no longer able to meet the needs of Brazil at the time of its development. The PEB was built with the idea of promoting solidarity between the countries of the South and, at the same time, increasing Brazil's ability to influence global affairs, based on a diversification of its external relations, both political and economic. In addition, one of the objectives of the PEB was to increase Brazil's projection on the international scene, Brazil wanted recognition and to be seen as a solidary country capable of offering cooperation. Relations with Africa, which were largely developed in previous governments in terms of approximation and creation of cultural ties, would only be directed towards commercial relations. By expanding relations with the countries of the global south, Brazil would also increase its projection on the international scene and would come to be seen as a solidary country and, even if in development, it had great potential as a country that could offer cooperation. The question of this work is to analyze whether the presidency of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), on the part of Brazil, represented an opportunity to improve the cooperation strategy for development from 2016 to 2018. To understand the role of Africa in Brazilian foreign policy agenda, when it was important and what Brazil's gains from this relationship. Brazil did not present continuity in relations with African countries due to the new direction of Temer's foreign policy and the inertia of the Dilma government in relation to Africa. The research consists of a qualitative research with information on the topic collected in books, articles and theses, speeches, official documents, among others. The research will carry out a bibliographic review in which classic authors of international relations and other authors in the disciplines of International Cooperation and International Politics will be studied.

Key Words: Cooperation, Foreign Policy, Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
APE - Análise de Política Externa
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CID - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CGCCPLP - Coordenação-Geral de Cooperação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CNAT - Comissão Nacional de Assistência Técnica
CONSAN - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTI - Cooperação Técnica Internacional
CTPD - Cooperação Técnica para o Desenvolvimento
IBAS - Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África
MERCOSUL
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MRE - Ministério das Relações Exteriores
OEA - Organização dos Estados Americanos
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OIT - Organização Internacional do Turismo
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo
PADilí - Plano de Ação de Díli
PEB – Política Externa Brasileira
PEI - Política Externa Independente
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCOM - Reunião de Ordinária de Conselho e Ministros da CPLP
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RPFC - Reunião dos Pontos Focais de Cooperação
SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – AS DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA: UMA HISTÓRIA MARCADA POR APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS	11
1.1 ANÁLISE PARADIGMÁTICA: o paradigma do Estado desenvolvimentista, o paradigma do Estado Normal e o paradigma do Estado logístico	11
1.2 POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL PARA A ÁFRICA DE 1960-2018	14
CAPÍTULO 2 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA.....	26
2.1 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO.....	26
2.2 O CONTEXTO HISTÓRICO CARACTERIZADO PELA APROXIMAÇÃO DO BRASIL COM OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	31
2.3 A PRESIDÊNCIA BRASILEIRA NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	37
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

A política externa brasileira é marcada pela tentativa de diversificar a política externa através de parcerias com países do sul global para sua promoção internacional com países com maior similaridade histórica, cultural e linguístico que pudessem cooperar no âmbito sul-sul. Nesse contexto, os Estados africanos foram ganhando espaço nas estratégias de inserção internacional coordenadas pelo Itamaraty, pensando nos benefícios para o Brasil a longo prazo. A luz dessas relações a pergunta de pesquisa deste trabalho é analisar se a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por parte do Brasil, representou uma oportunidade para o aprimoramento da estratégia de cooperação para o desenvolvimento de 2016 a 2018. Entender qual o papel da África na agenda de política externa brasileira, em que momentos ela foi importante e quais os ganhos do Brasil com essa relação.

A cooperação como uma ferramenta de política externa foi amplamente usada pela política externa brasileira para que pudesse conseguir legitimidade e credibilidade no cenário internacional, além de ser país capaz de ofertar cooperação. A cooperação tradicional norte-sul em que o Brasil era unicamente receptor de cooperação não estava mais conseguindo atender as necessidades do Brasil em seu momento de desenvolvimento. A PEB foi construída pensando em promover a solidariedade entre os países do Sul e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de influência do Brasil nos assuntos globais, a partir de uma diversificação de suas relações externas, tanto políticas como econômicas. Além disso, um dos objetivos da PEB era aumentar a projeção do Brasil no cenário internacional, o Brasil queria reconhecimento e ser visto como país solidário e capaz de ofertar cooperação.

A partir de 1950 a política externa brasileira começa a se desenhar durante o governo de Getúlio Vargas, o intuito era o desenvolvimento econômico, industrialização e urbanização do país. Buscando maior projeção internacional e integração no sistema internacional o Brasil se volta para a África e passa ver na cooperação uma forma de diminuir as assimetrias no sistema internacional através da cooperação sul-sul. A cooperação sul-sul ou cooperação técnica acontece entre países em desenvolvimento que possuem situação econômica semelhante em que podem trocar conhecimento, tecnologia e capacitação humana buscando desenvolvimento.

A posição do Brasil até 1990 era quase que unicamente de receptor de cooperação, tendo que se submeter aos interesses dos países doadores. No início do século XXI com a situação econômica e política mais estabilizada, com acesso à educação a mais pessoas, redução da pobreza extrema, foram fatores que fizeram com que o país tivesse uma maior tranquilidade para dar um novo direcionamento para a política externa e ampliação da cooperação sul-sul. Nesse período, o Brasil assume um novo papel, passa a ser doador e não mais receptor da cooperação internacional.

Ao final da década de 1990 o Brasil passou a direcionar sua política externa para países em que estivesse em situação de igualdade para ofertar cooperação, isso porque as instituições doadoras não foram fortalecidas demonstrando sua capacidade em ofertar cooperação em um eixo horizontal. Com o intuito de aumentar o poder de barganha do Brasil e sua presença internacional e assim projetar o país no cenário internacional como se o Brasil fosse o elo do Ocidente com a África. Dessa forma, ao ampliar relações com os países do sul global, o Brasil também aumentaria sua projeção no cenário internacional e passaria ser visto como um país solidário e mesmo que em desenvolvimento tinha grande potencial como país que poderia ofertar cooperação.

Segundo Gladys Lechini (2008), a autora analisa que o governo Lula usou as experiências do Itamaraty para redesenhar a política externa, se mostrando uma potência emergente e um ator relevante nas áreas político, comercial e diplomático. Uma das prioridades de seu governo era a revalorização das relações com África. A partir 2002, durante o governo Lula que o Brasil empreendeu esforços para intensificar relações multilaterais e voltados a cooperação como estratégia de inserção internacional.

Após o *impeachment* de Dilma, sucessora de Lula, Michel Temer, assumiu a presidência do Brasil em 2016 após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Ao se tornar presidente, Temer fez algumas mudanças quanto a política externa africana, se afastando da África em termos culturais e históricos e mantendo relações apenas comerciais. As agendas do governo Temer eram focadas em estabilizar a economia brasileira e nas atender os grupos políticos que apoiaram o *impeachment*.

As relações com a África que foram amplamente desenvolvidas nos governos anteriores em termos de aproximação e criação de laços culturais, iriam ser direcionadas apenas a relações comerciais. Como o *impeachment* teve repercussão

negativa no cenário internacional, o presidente buscou maior proximidade com os Estados Unidos afim de buscar legitimidade.

O Brasil teve papel fundamental no desenvolvimento e criação da CPLP. O tema surgiu como pauta de uma reunião feita por chefes de estado no ano de 1989 em São Luís no Maranhão e proposta inicial foi criar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, que a princípio não foi executado por falta de interesse dos Estados.

O grupo político surgiu para que os países que falam a língua portuguesa compartilham de um passado histórico semelhante pudessem ter uma atuação e representação no meio internacional mais relevante. A cooperação horizontal é um dos principais pontos de atuação da CPLP, promovendo integração e ampliando os laços que unem tais Estados e atuando em diversas áreas como educação, saúde, comunicação. (CPLP, 2020)

Os objetivos da criação da CPLP foram pautados no desejo dos países membros de consolidar a cooperação entre eles; se projetarem no cenário internacional; assumirem um projeto político baseado na língua; ressaltar os valores da democracia, defender Direitos Humanos e justiça social; concentração política e cooperação social, cultural e econômica com foco no desenvolvimento de seus países e coordenação de entidades publicam e privadas para promover a cooperação. (MONTEIRO,1996)

A pesquisa deste trabalho foi baseada em revisão bibliográfica, análise de fontes primárias como artigos científicos, artigos de revistas, publicações da internet e documentos oficiais. Houve a dificuldade de encontrar fontes primárias oficiais como relatórios e documentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de alguns períodos, assim como informações sobre o governo Temer.

Este trabalho monográfico foi dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo será feito um estudo da análise paradigmática de Amado Cervo para entender a política externa brasileira e sob quais aspectos ela foi desenvolvida e a importância de cada paradigma em cada fase. A seguir será feito uma análise histórica da política externa brasileira desde 1950 até 2018, analisando seu desenvolvimento e aproximações e distanciamentos da África e qual o seu lugar na agenda de política externa brasileira e quais as principais políticas de cada governo.

No segundo capítulo, será feito um estudo sobre a cooperação horizontal e como ela foi desenvolvida no Brasil, será feito um estudo sobre a evolução da cooperação técnica no Brasil, assim como a transição do Brasil de país receptor para doador de

cooperação, a seguir será apresentada a CPLP e o envolvimento do Brasil até sua criação, os projetos desenvolvidos e os resultados do fórum e a participação do Brasil nos resultados da cooperação. Em seguida será analisado como o Brasil articulou sua política externa frente a CPLP e se conseguiu aproveitar a política externa para cooperação e desenvolvimento do país e quais os incentivos para cooperar com os países africanos.

CAPÍTULO 1 – AS DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA: UMA HISTÓRIA MARCADA POR APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Neste capítulo será feita uma análise histórica da política externa brasileira desde a década de 1950 até 2018 e como foi construída, quais os desdobramentos e mudanças assim como o lugar da África na agenda de política externa brasileira. As relações com os países africanos passaram por aproximações e distanciamentos ao longo dos anos conforme os interesses do Brasil mudavam. A política externa brasileira foi pensada baseada na diversidade de parceiros e sua promoção internacional com países com maior similaridade histórica, linguística e cultural e os países africanos foram importantes parceiros nesse contexto de relações sul-sul. Também será apresentada a análise paradigmática de Amado Cervo para entender o comportamento da PEB em cada fase.

1.1 ANÁLISE PARADIGMÁTICA: o paradigma do Estado desenvolvimentista, o paradigma do Estado Normal e o paradigma do Estado logístico

A análise paradigmática é uma teoria criada por Amado Luiz Cervo (2003), a fim de refletir sobre a política externa e as relações internacionais do Brasil. Uma análise pragmática nas relações internacionais é um método de análise, uma referência formulada com base no histórico político, diplomático e das relações internacionais, para analisar qual modelo de inserção Estado adotou. A este respeito Cervo (2003), fórmula que para realizar uma análise paradigmática é preciso avaliar alguns pontos, primeiro o conceito de nação, valores e a cultura que condiciona a política externa. Segundo quais são interesses do Estado que podem ser alterados quanto as esferas nacional, cultural, social. Em último o plano político que estuda as políticas internas e externas a curto e a longo prazo. Para verificar os resultados da análise paradigmática e quais são as possibilidades, um resultado pode se apresentar enquanto matéria do comportamento humano e outro voltado para direcionar as políticas e a sociedade.

Para Cervo (2003), a política exterior sempre é baseada em algum paradigma para conseguir inserção internacional, como foi o caso do Brasil que se desenvolveu e ampliou sua participação no sistema internacional através da política externa

direcionada e ainda deu origem a quatro paradigmas: o liberal-conservador, o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado logístico.

O paradigma do “Estado liberal” conservador tem início ainda no século XIX em 1810 e vai até 1930. O sistema internacional nesse período era o Westfaliano desde 1648, com preponderância das instituições econômicas europeias. A Europa regulava o comércio e as políticas na América Latina, África e Ásia. (CERVO, 2003)

Segundo Cervo (2003), as relações comerciais com a Europa eram voltadas a produção de produtos primários manufaturados. O liberalismo só foi aceito pelos europeus através das vantagens comparativas como o livre comércio e novas tecnologias. As relações eram dificultadas porque os negociadores só aceitavam produtos vindos das respectivas colônias até que o Brasil conseguiu exportar produtos primários. Esse sistema era interessante aos grandes proprietários de terra a longo prazo.

As relações internacionais e a política externa nesse período se voltaram para os interesses das elites do país, os interesses dos proprietários de terra vinham antes dos internacionais. Nesse período do paradigma liberal conservador no sistema de fornecer mão de obra e exportar seus produtos. O Brasil adotou o liberalismo europeu, no âmbito econômico, político e social, por essa razão o sempre manteve a postura de país periférico.

Sendo assim, na perspectiva de Cervo (2003), o Brasil e a América Latina entraram em uma fase de desenvolvimento econômico a partir de 1930. Nesse momento as mudanças foram impulsionadas pela crise de 1929 e os países tiveram que buscar soluções para a queda nas exportações e importações e adotar medidas protecionistas para proteger a economia. A modernização e urbanização fizeram surgir um novo mercado de trabalho, expansão dos pensadores e intelectuais e aumento da segurança.

Tudo se encaminhava para o surgimento de um novo paradigma, o Estado ganha um novo papel na nova dinâmica. A diplomacia econômica foi introduzida, a indústria nacional ganhou impulso, o Brasil passa para o papel de negociações com ganhos mútuos, os objetivos nacionais passam a ser alinhados para reduzir as desigualdades entre as nações e direcionar o desenvolvimento econômico seguindo o modelo das grandes potências.

Desde a criação da CEPAL os ideais desenvolvimentistas se espalharam pela América Latina. O paradigma se volta para superação da assimetria capitalista. De

acordo com a visão de Cervo (2003), o Estado que antes visava os interesses de empresários, industriais e operários e outras áreas sociais também têm que equilibrar com os interesses nacionais através da diplomacia visando o desenvolvimento tendo a política externa como ferramenta. O desenvolvimento na área social, econômica visando industrialização, modernização e crescimento econômico. A política externa tinha o papel de buscar investimento nacional, trazer novas tecnologias, novos mercados para exportar produtos.

Ainda segundo Cervo (2003), os impactos do paradigma desenvolvimentista sobre a formação nacional foram mecanismos de superação de assimetrias internacionais navegando no próprio sistema capitalista grau de abertura, a longo prazo, a estratégia de desenvolvimento entendeu a abertura, tanto do sistema produtivo quando do mercado de consumo, como categorias decisórias funcionais: maior ou menor grau de abertura a empreendimento ou produtos externos eram dosados pelo impacto que produziriam sobre o desenvolvimento em si.

O paradigma do “Estado normal” é criado diante do novo cenário a política brasileira. No início da década de 1990 vários países na América Latina elegeram presidentes neoliberais como Chile, Argentina, Peru, Venezuela, México e Brasil que implantaram o monetarismo. No monetarismo a função do Estado é reduzida. Para Cervo (2003, s.p) “os monetaristas, consignava-se ao Estado a função de prover a estabilidade econômica, logo reduzida à estabilidade monetária, e ao mercado todo o mais, a promoção do próprio desenvolvimento”.

A partir de 1980 o cenário dos Estados Unidos começa a mudar com o governo de Regan com aumento de taxas e juros devido ao endividamento dos países latino-americanos. Junto a isso o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial ficaram mais rígidos quanto a empréstimos e para que fossem concedidos era necessário adotar algumas medidas. As medidas eram voltadas a abertura de mercado no setor de consumo, serviços, privatizações, proteção do capital. Esse novo paradigma que foi adotado fez os países competirem entre si. (CERVO, 2003)

O paradigma do “Estado Logístico” teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990. A estratégia nesse período era conseguirequilibrar o desenvolvimento nacional e inserção internacional no mundo globalizado. O “Estado Logístico” buscou superar as assimetrias e colocar o Brasil no mesmo patamar que os países desenvolvidos. (CERVO, 2003)

Segundo Cervo (2003), nesse momento a política externa passa a ter os Estados Unidos como modelo se voltando aos interesses nacionais e aumentando o bem-estar da sociedade, defendendo os interesses dos agricultores, abrindo os mercados para aumentar a competitividade e concentrando tecnologia. Com o intuito de fomentar o desenvolvimento nacional, o Estado concede poderes a empresários para estimular o crescimento interno e a expansão global.

A partir do momento em que o Brasil muda sua política externa e passa a focar nas relações horizontais para que pudesse ter um papel de destaque no cenário internacional como país doador de cooperação são feitas algumas iniciativas para se estruturar projetos de cooperação e se adequar as exigências para tal.

1.2 POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL PARA A ÁFRICA DE 1960-2018

Faz-se necessário uma breve explanação da política externa brasileira a partir de 1950 para compreender sua estrutura assim como as relações com a África foi desenvolvida ao longo dos anos com momentos de aproximações e distanciamentos. A pesquisa deste trabalho busca analisar se a África foi um parceiro importante ou estratégico para o Brasil e em que momentos ela foi importante, qual o papel da África na política externa brasileira, assim como quais os interesses, e o que o Brasil esperava ganhar com essa relação.

Segundo Vizontini (1993), na década de 1950, durante o segundo governo Vargas (1951-1954), a política externa brasileira sofreu mudanças. Já em seu primeiro mandato Vargas queria que a PEB se transformasse em uma ferramenta de desenvolvimento econômico, ao contrário dos governos anteriores que apresentavam continuidade em suas políticas. Ainda segundo Vizontini (1993), as relações do Brasil no início do século XX eram focadas nas relações norte-sul com os Estados Unidos como principal parceiro.

A diplomacia brasileira buscava se equilibrar entre relações com Estados Unidos e Berlim a fim de conseguir uma cooperação econômica e impulsionar a industrialização do país. Devido às demandas do Brasil naquele momento de urbanização e industrialização Vargas teve que redirecionar a política para o desenvolvimentismo industrial baseado na substituição de importações e reforçando

a indústria de base. O capital e a tecnologia necessários só seriam possíveis através de uma cooperação econômica com os Estados Unidos que era a potência hegemônica e detinha capacidade para fornecer o que o Brasil precisava. (VIZENTINI, 1993)

De acordo com Gladys Lechini (2008), a autora sustenta que a política externa brasileira foi desenvolvida pensando na diversidade de parceiros para sua promoção internacional com países com maior similaridade histórica, cultural e linguístico que pudessem cooperar no âmbito sul-sul. Nesse contexto, os Estados africanos foram ganhando espaço nas estratégias de inserção internacional coordenadas pelo Itamaraty, pensando nos benefícios para o Brasil a longo prazo. Segundo Lechini, a aproximação com os países africanos buscou:

[...] promover a solidariedade entre os países do Sul e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de influência do Brasil nos assuntos globais, a partir de uma diversificação de suas relações externas, tanto políticas como econômicas. (LECHINI, 2008, p. 57)

Dessa forma, ao ampliar relações com os países do sul global, o Brasil também aumentaria sua projeção no cenário interacional e passaria ser visto como um país solidário e mesmo que em desenvolvimento tinha grande potencial como país que poderia ofertar cooperação.

Fazendo um resgate histórico a partir da análise de Lechini (2008), as relações com países africanos têm início em 1961, durante o governo de Jânio Quadros, em que aconteceu a primeira iniciativa que incluiu a África nas estratégias brasileiras que faziam parte da Política Externa Independente (PEI). Porém, o direcionamento de políticas para a África não foi tão bem-sucedido pelo sistema internacional focar nas relações Leste-Oeste, deixando o sul em segundo plano.

Já na perspectiva proposta por Leite (2011), Jânio Quadros buscava projeção internacional e novos mercados em escala mundial. O não alinhamento com os Estados Unidos fazia parte da estratégia “nacional desenvolvimentista” de se unir com países em desenvolvimento para diminuir as assimetrias no sistema internacional.

Segundo Visentini (2016), a industrialização e a urbanização impulsionaram o Brasil a procurar uma maior integração no sistema mundial. Durante a PEI aconteceu a primeira tentativa de aproximação com a África, recuo nos governos militares e uma reaproximação nos governos seguintes.

Chanceler Afonso Arinos e Jânio Quadros Desejavam aumentar o poder de barganha do Brasil e sua presença internacional e assim projetar o país no cenário internacional como se o Brasil fosse o elo do Ocidente com a África.

Para Wallace Ferreira (2013), o não alinhamento com os Estados Unidos e relações com a África afirmaram o papel do Brasil como potência emergente, o posicionamento brasileiro rompeu com as relações antigas e focou em estruturar uma nova política externa em que o Brasil que definiria seu papel. Segundo Leite (2013), o governo Goulart focou nas relações sul-sul no âmbito bilateral, a África era um mercado potencial para manufaturados.

De acordo com Visentini (2016) a PEI foi baseada em cinco princípios básicos. O primeiro trata-se do âmbito econômico, para ampliação do mercado de produtos primários no mercado externo. O segundo era voltado a formulação autônoma de planos de desenvolvimento econômico assim como prestação e ajuda internacional. O terceiro princípio, na área política, para a manutenção da paz e coexistência pacífica dos Estados. O quarto princípio, era baseado na não intervenção em assuntos internos dos Estados. E por fim, o último princípio era o apoio a emancipação de territórios não autônomos.

Tanto nos governos Vargas quanto Juscelino Kubitschek fica evidente a importância exportações que era do um dos pilares da política externa brasileira. E se as políticas de exportação de produtos primários geraram uma dependência externa quanto à economia.

[...] a estratégia da PEI é incrementar as exportações primárias para os países capitalistas e socialistas industrializados, para deles importar tecnologia e bens de capital, e de ampliar as exportações industriais para o Terceiro Mundo recém-descolonizado, superando as limitações do mercado interno e dando uma base econômica para a influência política do Brasil junto aos jovens países do sul. (VISENTINI, 2016, p. 26)

A proposta desses governos era acelerar a industrialização brasileira através de relações com países desenvolvidos e projetar a política externa para relações com países do sul para aumentar a projeção do Brasil no sistema internacional enquanto país em desenvolvimento e manter relações com as grandes potências ainda como receptor de tecnologia pois o Brasil não teria condições de oferecer cooperação a grandes potências, quanto aos países do sul com quem tinha maior similaridade poderia ser usado para aumentar sua presença no cenário internacional.

De acordo com Schlidkmann (2017), em 1961 foi criada a Divisão de África no Itamaraty e foram abertas embaixadas em três países estratégicos: Gana (Acra), Senegal (Dacar) e Nigéria (Laos). A Nigéria era o país mais rico, populoso e com recursos naturais, já Gana e Senegal eram países que tinham influência sobre as áreas de colonização francesa. Além disso, o Brasil tinha interesses comerciais com a Nigéria e Gana que era a maior exportadora de cacau mundial. Ainda segundo Schlidkmann (2017) com o golpe militar que aconteceu no Brasil em 1964, o então presidente Castello Branco buscou alinhamento da política externa com os Estados Unidos.

Segundo Visentini (2016), Jânio Quadros e chanceler San Tiago Dantas estabeleceram uma política anticolonialista para que as colônias conseguissem independência econômica e política além de cessar a exploração de matérias primas. De acordo com Jânio Quadros:

[...] quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais, e partilhamos do seu desejo de forjar para si mesmo uma posição independente no mundo hoje. [...] Creio que é precisamente na África que o Brasil pode prestar o melhor serviço aos conceitos de vida e métodos políticos ocidentais. Nosso país deverá tornar-se o elo, a ponte entre a África e o Ocidente. (apud VISENTINI, 2016, p.27)

Tal posição do Brasil trouxe complicações com relações com Portugal principalmente quanto às colônias portuguesas de Angola e Moçambique. O Brasil também passou a votar em organismos internacionais contra o colonialismo e a favor da independência das colônias afro-asiáticas.

Nos anos 1963 e 1964 a PEI sofreu mudanças e se afastou dos princípios iniciais de alinhamento com a África. O Brasil nesse momento queria reestabelecer as relações com Portugal e Estados Unidos.

Lechini (2008), observa que a partir de 1964, durante o governo seguinte de Castello Branco em que o Brasil passou pelo golpe militar, a estratégia política mudou, se alinhando com os Estados Unidos. Com uma nova mudança de governo em 1967, para Arthur Costa e Silva, a África voltou a fazer parte da pauta de política externa brasileira conduzindo a “diplomacia da prosperidade”. Já em 1974, quando Ernesto

Geisel assume a presidência, buscando promover os interesses nacionais e reduzir a dependência do Brasil, ampliando relações diplomáticas com diferentes países.

Para Visentini (2016), a partir de o governo militar A política externa do Brasil se afastou da África e se aproximou de Portugal. A política africana para o Brasil tinha Objetivos Se aproximar das delegações dos países do sul em órgãos multilaterais e de buscar novos mercados.

Em 1965 foi feita a primeira missão comercial para a África ocidental E o presidente Castelo Branco visitou Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim. No ano seguinte aconteceram à segunda missão comercial com visita à África do Sul, Moçambique, Angola, Gana e Costa do Marfim. Os países que foram visitados tinham interesse comercial. A fim de buscar novos mercados e a apoio nos órgãos multilaterais O Brasil mantinha vínculos de cooperação económica com a África do Sul do Apartheid Essa relação acontecia de forma bastante discreta, pois o Brasil também apoiava o colonialismo português. (VISENTINI, 2016)

O Brasil se mostrou como parceiro efetivo africano ao reconhecer a independência da Angola em 1975, que era colônia de Portugal. Segundo Lechini (2008), dessa forma o Brasil rompeu o alinhamento da África com Portugal e ainda estabeleceu uma relação privilegiada com a Angola. Nos anos seguintes as relações do Brasil com o continente africano foram estáveis e o Brasil conseguiu se firmar como parceiro sólido. Foram abertas várias embaixadas, foram feitas várias visitas a países africanos e firmados acordos de cooperação bilateral, técnica e comercial.

Para Wallace Ferreira (2013), foram reestabelecidas relações com os Estados Unidos e Portugal e ainda manteve a África como aliada, Castello Branco “optou por reforçar a ideia da Comunidade Luso-Brasileira como forma de garantir o controle da costa brasileira sem comprometer o país com uma aliança militar que poderia trazer mais custos que benefício.” Dessa forma, o governo brasileiro poderia manter relações com os países africanos, mesmo não sendo prioridade na política externa e manteria o alinhamento com os Estados Unidos.

O presidente seguinte foi o militar Marechal Arthur Costa e Silva (1967-1969), foram feitas mudanças nas diretrizes do Itamaraty, a “política externa independente” deixou o país em uma situação delicada de dependência com os Estados Unidos. Segundo Schlickmann (2017), em contrapartida, o governo criou a “Diplomacia da prosperidade”, anulando o alinhamento automático com os Estados Unidos, porém sem romper relações com o país. Além disso, abriu espaço para a diplomacia

brasileira buscar novas relações políticas e comerciais com países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Plano de Ação Econômica (PAEG) do Governo foi criado porque nesse período o Brasil passou por uma crise de inflação e estagnação econômica. O PAEG consistia em promover o desenvolvimento econômico através de exportações, abertura de crédito e isenções fiscais. O Itamaraty ficou responsável por executar o plano visando assegurar os interesses do Brasil. De acordo com Schlickmann (2017), buscando se articular para encontrar novos os mercados o Brasil se voltou aos países menos desenvolvidos e ao eixo sul-sul. Além disso, juntamente com o movimento dos Não-Alinhados, a criação do G77 e Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), se uniram a fim de reduzir a influência das grandes potenciais na economia e comércio mundial, para que os países em desenvolvimento pudessem ter condições mais competitivas no comércio internacional. O posicionamento do Brasil quanto a questões políticas passou a imagem de liderança e solidariedade no cenário internacional.

Com o Brasil estreitando laços com os países do sul e a África foi colocada novamente na agenda brasileira. Porém, o Brasil manteve Portugal que possuía colônias no continente africano como importante parceiro, uma das razões foram interesses comerciais, o Brasil pretendia ter acesso ao mercado europeu através de Portugal e a matérias primas das colônias portuguesas e o petróleo na Angola.

Segundo Visentini (2016), no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) houve uma reaproximação com África-Brasil passava pelo milagre econômico e precisava de mercado matéria prima energia e Petróleo. Passando a ter um bom relacionamento com a África.

*Ainda que a *Diplomacia do Interesse Nacional* do governo Médici o próprio conceito de Terceiro Mundo e a validade do antagonismo 1974 Norte-Sul, sob pressão da estratégia exportadora e das necessidades políticas de garantir crescente importação de petróleo, o Brasil efetivou sua presença na África ocidental e iniciou uma atividade diplomática regular no Oriente Médio, Ásia e Oceania (Austrália). (VISENTINI, 2016, p.36)*

Na perspectiva de Visentini (2016), durante o governo de Geisel a África se mostrou importante para o desenvolvimento brasileiro, como pertenciam a região do sul global e possuíam menor desenvolvimento que o Brasil, passou a comprar

manufaturados do Brasil e fornecer matéria-prima. A parceria do Brasil com os recém independentes africanos envolveu cooperação técnica e transferência de tecnologia e *know how*. Geisel apoiou e reconheceu a independência da Guiné-Bissau em 1974, e também apoio a independência da Angola e de Moçambique durante a Assembleia Geral da ONU.

Segundo Visentini (2016), em 1974 durante o discurso de abertura da ONU o Brasil deixou claro a necessidade de independência de Angola e Moçambique. No ano seguinte, o Brasil foi o primeiro país a estabelecer relações com Angola. O Brasil estava interessado no estreitamento das relações com Angola por ser um país rico em petróleo, minério de ferro e diamantes. Além da língua portuguesa que aproximaria e facilitaria a troca de conhecimento e as relações comerciais.

A retórica diplomática aproveita-se da possibilidade de exaltação dos laços culturais para abrir caminho para os mercados africanos. A África era importante no projeto de desenvolvimento brasileiro, uma vez que quase todos os seus países se encaixavam na categoria de menor desenvolvimento relativo. Esses países permitiam a absorção dos manufaturados brasileiros, e asseguravam ao Brasil matérias-primas e produtos primários. Igualmente, era um campo promissor para parcerias técnicas que envolviam transferência de tecnologia e de know-how. (VISENTINI, 2016, pág, 44)

Durante o governo de Geisel foram abertas seis novas embaixadas na África e o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o Movimento de Libertação da Angola. A aproximação com os países africanos continuava acontecendo no plano bilateral. De acordo com Visentini (2016), em 1979 o Brasil enviou delegações à Argélia, Iraque e Arábia Saudita para intensificar as relações diplomáticas. Com a crise do petróleo ele garantiu que o fornecimento para o Brasil não iria cessar além de facilitar as condições de pagamento para o Brasil. O Brasil passou a desenvolver Contratos de prestação de serviço com países Árabes como o Iraque, a Argélia e Arábia Saudita.

No governo de Figueiredo (1979-1985), a diplomacia do universalismo expandiu a cooperação do Brasil com a África além de intensificar relações comerciais diplomáticas. General Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a África com visitas à Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Argélia. De acordo com Visentini (2016), a política brasileira para a África foi estabelecida baseada nas relações fraternais para inspirar confiança e credibilidade, houve um aumento das relações comerciais, foram realizados estudos quanto à agricultura e mineração

africana, e aumento do diálogo quanto aos problemas africanos e transferência de tecnologia. Nesse período o Brasil começou a enviar tropas para Angola e a África do Sul em momentos importantes de suas tentativas de independência. O chanceler Saraiva Guerreiro eiro analisa a relação do Brasil com a África:

A política de compreensão e entendimento com a África se tornou efetivamente possível a partir do governo Geisel pois, anteriormente, apesar dos esforços diplomáticos, como os que Gibson fez em sua viagem, a 'hipoteca' portuguesa impedia que se criasse confiança e não permitisse desenvolvimentos maiores. No governo Figueiredo, continuamos e expandimos o relacionamento com esse continente e creio haveremos dissipado as últimas desconfianças. (GUERREIRO, apud. VESENTINI, pág. 50)

Quanto a agenda para a política africana foi realizada em Brasília a II Reunião da Comissão Mista Brasil Costa do Marfim em setembro de 1979. No ano seguinte foi realizada a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal em Brasília também foi realizado o estabelecimento de relações diplomáticas com Congo Brazzaville e Burundi. (VISENTINI, 2016)

Em 1979 o Brasil enviou delegações à Argélia, Iraque e Arábia Saudita para intensificar as relações diplomáticas. De acordo com Visentini (2016), com a crise do petróleo ele garantiu que o fornecimento para o Brasil não iria cessar além de facilitar as condições de pagamento para o Brasil. O Brasil passou a desenvolver Contratos de prestação de serviço com países Árabes como o Iraque, a Argélia e Arábia Saudita.

Em 1980 foi assinado o acordo de cooperação bilateral com Moçambique para formação de profissionais de administração. No mesmo ano foram estabelecidas relações diplomáticas com o Zimbábue. Segundo Visentini (2016), no mês de junho o presidente da Guiné-Bissau Luiz Cabral visitou o Brasil, assim como o ministro da agricultura de São Tomé e Príncipe, pois São Tomé e Príncipe estava interessado em estreitar relações com o Brasil e intensificar a cooperação.

No governo de Sarney (1985-1990), deu início a nova república substituindo o regime militar. O cenário externo da Guerra Fria No fim da bipolaridade trouxe problemas para a política externa brasileira. Apesar dos problemas no sistema internacional, as relações com o Brasil África continuaram como prioridade na agenda

brasileira. As iniciativas de cooperação Irla ações comerciais bilaterais continuavam com Argélia e Egito. (VISENTINI, 2016)

O modelo de política implementado por Fernando Collor (1990-1992), foi a estratégia de diversificação de parceiros para América Latina e Mercosul. Um dos fatores foram as crises e instabilidade nos países africanos, que resultava em não pagamento das dívidas, isso gerava prejuízos ao Brasil que acabou por se distanciar e se deslocar para relações mais recíprocas. Para Lechini (2008), o governo seguinte de Itamar Franco (1992-1995), teve algumas iniciativas com países africanos de língua portuguesa. Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), seguiu a diplomacia presidencialista, que via as relações com os países do sul como obsoleta.

Lechini (2008), analisa que o governo Lula usou as experiências do Itamaraty para redesenhar a política externa, se mostrando uma potência emergente e um ator relevante nas áreas político, comercial e diplomático. Uma das prioridades de seu governo era a revalorização das relações com África.

A partir 2002, durante o governo Lula que o Brasil empreendeu esforços para intensificar relações multilaterais e voltados a cooperação como estratégia de inserção internacional. De acordo com Rizzi et al. (2011), durante o segundo governo de Lula (2007-2011), as ações e projetos de cooperação com a África foram mais bem definidos, buscando alcançar as metas definidas no Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2007, através da cooperação técnica.

A fim de demonstrar prioridade que o continente africano tinha na agenda brasileira, segundo Lechini (2008), em 2003 o governo brasileiro criou uma lei que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana, no mesmo ano foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para promover igualdade e proteção direitos de indivíduos e raciais.

Segundo Rizzi et al. (2011), o Chanceler Amorim fez sete visitas a países africanos. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores a fim de direcionar a cooperação entre os Estados criou o Fórum Brasil-África (IBAS) que mais tarde incluiu a Índia. O presidente Lula fez oito viagens ao continente africano entre 2003 e 2008. Em 2003 visitando São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia. Em 2004, Lula participou da Conferência dos Chefes de Estado e Governo da CPLP. Em 2007, a visita foi para estimular alguns países a produzir biocombustíveis através da tecnologia brasileira.

Para Rizzi et al. (2011), outra ação brasileira de cooperação importante foi o perdão de dívidas externas de países africanos, cerca de US\$ 1,25 bilhão perdoado, em troca o Brasil pediu que países africanos comprassem produtos brasileiros para impulsionar a economia e investimentos na área da educação.

Segundo Oliveira e Mallman (2020), a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), manteve as diretrizes da política para a África externa de seu antecessor Lula. A presidenta fez apenas algumas mudanças pelos problemas econômicos que o Brasil enfrentava e ainda as crises causadas pela primavera árabe que repercutiram nos países africanos. Devido a fragilidades do governo e uma série de protestos contra seu governo, Dilma teve que dar maior atenção a política interna do país. Mesmo com tais problemas, a ABC deu continuidade aos 61 projetos africanos e criados mais 16 projetos novos. Quanto as relações comerciais com os países africanos, nos primeiros anos do governo de Dilma ficou na casa dos US\$ 27 bilhões. Já nos anos seguintes em virtude da queda nas importações brasileiras, ficou na média dos US\$ 8 bilhões.

Michel Temer, assumiu a presidência do Brasil em 2016 após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Ao se tornar presidente interino, Temer fez algumas mudanças quanto a política externa africana, se afastando da África em termos culturais e históricos e mantendo relações apenas comerciais. Analisar o governo Temer (2016-2018), é importante porque o presidente fez algumas mudanças quanto a política externa direcionada a África, além do fato do Brasil presidir a Comunidade dos países de Língua Portuguesa. (OLIVEIRA e MALLMAN, 2020)

As agendas do governo Temer eram focadas em estabilizar a economia brasileira e nas atender os grupos políticos que apoiaram o *impeachment* de Dilma. Quanto a política externa, segundo Oliveira e Mallmann (2020) seu alinhamento foi com o neoliberalismo, diferente de Dilma e Lula. José Serra que foi nomeado Ministro das Relações Exteriores explicou que a política externa seria modificada, o que ele chamou de "estratégia sul-sul correta". As relações com a África que foram amplamente desenvolvidas nos governos anteriores em termos de aproximação e criação de laços culturais, iriam ser direcionadas apenas a relações comerciais. Como o *impeachment* teve repercussão negativa no cenário internacional, o presidente buscou maior proximidade com os Estados Unidos afim de buscar legitimidade.

Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços fraternos do passado e

às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. (IPRI,2016)

Quanto as relações comerciais, que foi o foco do governo Temer, o comércio com o aumentou significativamente, principalmente quanto as importações brasileiras. De acordo com Oliveira e Mallman (2020), as importações cresceram cerca de 20%, e em 2018 chegou a US\$ 6 bilhões.

Além do contexto de instabilidade internacional a política externa de Temer foi baseada em buscar investimentos para o Brasil a fim de passar uma imagem de um país economicamente responsável e defensor da ordem internacional.

As ações de Temer visaram sustentação doméstica, com uma força legitimadora externa para o governo realizar as reformas domésticas, demandadas pelas constituencies que o apoiam. E, também, visava sustentação externa, com a ideia de um governo responsável política e economicamente sendo legitimadora do rito do impeachment. (SILVA, 2019, pag. 34)

De acordo com Silva (2019), as mudanças no cenário doméstico impactaram a política externa. Enquanto a política de Dilma era populista, Temer enquanto vice-presidente já apoiava a elite buscando apoiar proposta contrarias a da presidente. Temer procurou apoio em:

Setores da classe média, empresariais e financeiros, desiludidos com as medidas econômicas petistas, apoiaram o impeachment esperando por políticas mais ortodoxas que fossem mais próximas, inclusive, das propostas do candidato Aécio Neves. A mudança nesse alinhamento de forças estimulou uma mudança em política externa. (SILVA, 2019, p.34)

É possível concluir a importância que a África teve na política externa brasileira. Mesmo que distante em alguns momentos a relação com países africanos foi consolidada até o momento em que Temer assume o governo interino do Brasil e seu objetivo e se afastar da política dos governos anteriores e buscando um novo alinhamento com o Norte. Em seu discurso o Ministro José Serra afirma que a África seria uma prioridade na agenda brasileira, mas não foi o que aconteceu, as relações

com os países africanos foram superficial e ficaram apenas na área econômica sem nenhum viés político como no governo Lula.

No próximo capítulo será apresentado o histórico de cooperação do Brasil e sua relevância no cenário internacional e como passou de doador a receptor de cooperação. Também será apresentado a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o envolvimento do Brasil desde sua criação até chegar à presidência do fórum.

CAPÍTULO 2 - A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA

Neste capítulo será feita uma análise histórica da cooperação interacional para o desenvolvimento após a segunda Guerra Mundial em que ganhou maior relevância no cenário internacional. Ao longo dos anos o Brasil ampliou sua participação no cenário internacional em termos de cooperação, passou de receptor a doador de cooperação na década de 1970 principalmente com países africanos, que tornava possível essa inversão de papéis. Isso aconteceu devido a política externa articulada a fim de ganhar reconhecimento e prestígio internacional. Além disso será apresentada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e como a relação foi construída desde sua criação.

2.1 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Segundo Puente (2010), a cooperação é um mecanismo de política externa que o Brasil utiliza para se projetar no cenário internacional e adquirir legitimidade e credibilidade. Os esforços quanto a cooperação para o desenvolvimento aumenta o status brasileiro e prestígio internacional enquanto ator que promove cooperação. A CTPD é uma ferramenta da diplomacia para alcançar tais objetivos.

De acordo com Puente (2010), a cooperação técnica procura diminuir as assimetrias no plano internacional, e suas características não estão ligadas a fins políticos ou econômicos. O Brasil vem se destacando quanto a essa modalidade de cooperação, não apenas por países parceiros, mas também pela comunidade internacional e outros organismos como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e Organização dos Estados Americanos (OEA)

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tema recorrente nas relações internacionais, adquiriu maior relevância após a Segunda Guerra Mundial e a criação do Plano Marshall (1948-1951), em que os países buscavam se ajudar na reconstrução de seus países. Algumas instituições como Bretton Woods e as Nações Unidas foram criadas para promover cooperação e apoio externo financeiro que era essencial para a reconstrução das nações naquele período. (PUENTE, 2010)

Segundo Puente (2010), a CID possui diversas modalidades de cooperação, cooperação financeira, a cooperação técnica, a ajuda humanitária e a ajuda alimentar. Sua execução conta com diversos tipos de apoio financeiro e a participação de entidades públicas ou privados, ONGs, empresas e demais associações. Além disso ela pode ser desenvolvida no plano bilateral, triangular, multilateral ou ainda forma descentralizada.

Neste contexto, a cooperação técnica, uma das modalidades dessa cooperação, também pode ser entendida como cooperação para o desenvolvimento. Segundo Puente (2010), é possível definir essa cooperação técnica como uma capacitação humana ou troca de aprendizado, troca de conhecimento técnico e construção de capacidades institucionais. A cooperação não é uma ação desinteressada e através desse mecanismo o Brasil buscava se projetar sua política externa e promover sua imagem internacionalmente.

Segundo Cervo (1994), a cooperação técnica internacional (CTI) emergiu no cenário internacional no pós-guerra na fase de reconstrução da Europa com ajuda de outros países. Foi instituída na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948 com caráter de “assistência” ou “ajuda” quanto à cooperação entre Estados. Durante uma assembleia Geral da ONU em 1959 o termo assistência foi substituído por cooperação técnica, ou seja, relações em que os Estados detêm interesses mútuos. Sua criação foi pautada em três pontos: a transferência de conhecimento não comercial; criação de projetos entre Estados, treinamentos e pesquisas; e os países deveriam estar em desenvolvimento.

A primeira tentativa de estabelecer a cooperação técnica no Brasil foi 1950 com a criação do Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT) para conduzir e priorizar os projetos de “ajuda” externa. A CNAT foi composta por representantes Secretaria de Planejamento, do Ministério das Relações Exteriores e de Ministérios setoriais. O objetivo era consolidar as instituições públicas federais e entidades nacionais para impulsionar o crescimento da economia. (CERVO, 2003).

Para Cervo (2003), na tentativa de se adequar as demandas da cooperação, em 1969 foram feitas mudanças no Sistema de Cooperação Técnica Internacional juntamente com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e o Ministério das Relações Exteriores, responsáveis pela execução dos projetos. Foram delimitadas as áreas de atuações da cooperação técnica internacional: negociação externa, planejamento, coordenação, fomento e acompanhamento na

Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e no Ministério das Relações Exteriores (MRE), escolhidos como órgãos centrais responsáveis pela sua gestão. De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação:

Identificava-se, já naquela ocasião, um volume crescente de programas e projetos de cooperação oficial entre o Brasil, como beneficiário, e países e organismos internacionais, como doadores, inclusive, organizações estrangeiras não governamentais. Era, então necessário, dado o expressivo volume de recursos externos postos à disposição das instituições brasileiras de ensino e de pesquisa, fortalecer o Sistema e adequar a demanda às diretrizes e prioridades definidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. (ABC, 2022 s.p)

A cooperação norte-sul era uma forma dos Estados Unidos e as outras potências alcançarem objetivos próprios e que foi prejudicial ao desenvolvimento dos países do Sul. A cooperação para o desenvolvimento é voltada para a cooperação horizontal ou cooperação sul-sul que busca reduzir as desigualdades da cooperação tradicional norte-sul. Segundo Puente (2010), buscando alternativas quanto as desigualdades no comércio internacional, os países em desenvolvimento criaram a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), de onde surgiu o G77.

Segundo Puente (2010), a primeira fase da cooperação acontece no pós-guerra e é chamada de “preenchimento das lacunas”. Como o desenvolvimento e reconstrução da Europa acontecendo, os países em desenvolvimento não possuíam as mesmas condições para de se desenvolver pela falta de capital interno, matéria prima e tecnologia. Os países desenvolvidos buscaram formas de prestar apoio e preencher a “lacuna” existente através do capital externo e assistência técnica.

Puente (2010) ainda aponta que o capital externo foi essencial para o desenvolvimento, e os países doadores usaram a cooperação para o desenvolvimento para estabelecerem estratégias e influência política aos países receptores visando alcançar interesses próprios.

A partir de 1970 a cooperação passa para uma nova fase. Buscando corrigir os erros da década anterior, analistas do desenvolvimento viram que a cooperação não alcançou as metas propostas por mal aproveitamento dos recursos e falta de capacidade para ampliação do capital. Algumas temáticas sociais ganham espaço na pauta da cooperação para o desenvolvimento, como distribuição de renda, população,

meio ambiente. Os resultados do desenvolvimento de um país estão relacionados com esses indicadores. Puente aponta: “a luta contra a pobreza, a situação marginal da mulher e os indicadores sociais básicos ganham relevo nos esforços analíticos da ajuda externa para o desenvolvimento” (PUNTE, 2010, p. 44)

A cooperação passou a incorporar temáticas sociais e não apenas econômicas, por pressões internas e os países do Norte que enfatizavam a qualidade da cooperação prestada, passou a ter projetos nas áreas de saúde, educação e agricultura. Segundo Puente (2010), a terceira fase da cooperação ocorre em um momento pós crise do petróleo em 1980. Os países doadores foram duramente afetados pela crise do petróleo e diminuíram de forma considerável a cooperação oferta que foi redirecionada para os “ajustes estruturais”. As instituições econômicas mudam o foco da cooperação, as metas sociais e a luta contra a pobreza são deixadas em segundo plano e a prioridade passa a ser a estabilidade econômica e o sistema financeiro internacional.

O modelo de cooperação da UNCTAD apresentava algumas falhas pois foi criado levando em consideração os interesses dos países doadores e seguindo modelo de dependência. Os interesses de desenvolvimento econômico dos recebedores não foram priorizados dificultando assim uma relação mais simétrica. A situação começa a mudar a partir do Plano de Ação de Buenos Aires. (PUENTE, 2010)

Nesse cenário de crise, o Brasil e os demais países receptores viram que a cooperação ofertada estava sendo insuficiente com as demandas, o Brasil começou uma nova estratégia de inserção internacional que não dependia unicamente da cooperação recebida. O Brasil passou a direcionar sua política externa a países que estão em condições semelhantes economicamente, como os países do sul.

De acordo com Puente (2010), o Plano de Ação de Buenos Aires em 1978 foi uma ação dos países em desenvolvimento, por recomendação do Comitê Econômico das Nações Unidas na Assembleia Geral das Nações Unidas, para viabilizar as formas de cooperação técnica. Em dezembro o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) foi designado para coordenar ações da CTPD por sua relevância em temas de cooperação técnica.

De acordo com Menon (1980, p.180 apud PUENTE, 2010), as principais resoluções do Plano de Buenos Aires foram: a CTPD seria uma ação multilateral ou bilateral podendo ser entre governos ou entidades públicas e privadas; a CTPD não substitui a cooperação técnica; não interferir na soberania dos Estados nem assuntos

internos, igualdade de direitos e independência econômica; ampliar e fortalecer as capacidades dos países em desenvolvimento através da troca de recursos e conhecimento.

Até o final da década de 1990 a posição do Brasil era quase que unicamente de receptor de cooperação, tendo que se submeter aos interesses dos países doadores. No início do século XXI com a situação econômica e política mais estabilizada, com acesso à educação a mais pessoas, redução da pobreza extrema, foram fatores que fizeram com que o país tivesse uma maior tranquilidade para dar um novo direcionamento para a política externa e ampliação da cooperação sul-sul. Nesse período, o Brasil assume um novo papel, passa a ser doador e não mais receptor da cooperação internacional. Em relação a essa nova conjuntura favorável ao país e sua relação com a mudança de comportamento, Santos destaca que:

Foi a partir dos anos 1990 que o Brasil iniciou sua caminhada rumo à mudança de paradigma da cooperação e onde está passando a ganhar contornos definidos, já nos anos 2000, pela ocorrência de fatores políticos e econômicos que criaram as condições para que o País passasse ao patamar de médio desenvolvimento relativo. (SANTOS, 2013, p. 12)

No final da década de 1990 o Brasil passou a direcionar sua política externa para países em que estivesse em situação de igualdade para ofertar cooperação, isso porque as instituições doadoras no foram fortalecidas demonstrando sua capacidade em ofertar cooperação em um eixo horizontal.

Na perspectiva de Santos (2013), quanto ao conceito de cooperação no sul-sul ou cooperação horizontal, e o direcionamento das políticas brasileiras:

O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo e que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, como atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global. (SANTOS, 2013, p. 12-13)

Assim, ao utilizar o termo cooperação Sul-Sul, é necessário considerar que ele faz referência muito mais a atitudes entre governos que priorizam uma relação

horizontal em ações que envolvem, por exemplo, transferência de tecnologias ou de programas sociais, do que uma relação que conecta países exclusivamente situados no hemisfério sul.

Os países em desenvolvimento poderiam usar suas capacidades e deixariam de ser apenas receptores da cooperação norte-sul. Nesse momento surgiu o conceito de horizontalidade da cooperação sul-sul através de uma nova perspectiva. Para que essa cooperação fosse possível, ao menos um país deveria possuir capacidade institucional e técnica para transferir ao receptor. (PUENTE, 2010)

A Agência Brasileira de cooperação (ABC, 2022), criada em 1987 pelo governo brasileiro a fim de organizar solicitações de e recebimento de doações quanto a cooperação internacional. O intuito da ABC era planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, de forma bilateral, trilateral ou multilateral.

A política externa brasileira para inserção internacional, baseada na cooperação foi baseada em três pilares: quanto ao sentido político, o Brasil buscou legitimar sua imagem na comunidade internacional através da união de países em desenvolvimento, dando ênfase nas relações com América Latina e África; em termos econômicos, a busca era por um modelo desenvolvimentista de substituição das importações e a exportação de produtos nacionais; quanto ao pragmatismo na política externa era focada na cooperação internacional para criar oportunidades diante do novo cenário com foco no desenvolvimento centralizado. (CERVO, 1994)

2.2 O CONTEXTO HISTÓRICO CARACTERIZADO PELA APROXIMAÇÃO DO BRASIL COM OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996 em Lisboa durante uma conferência de Chefes de Estado, tem o objetivo de consolidar a identidade, promover cooperação e desenvolvimento econômico e social dos países de língua portuguesa e criar uma concertação política e diplomática. Contou com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, países de quatro continentes e uma população de cerca de 260 milhões de pessoas. (CPLP, 2022)

O Brasil teve papel fundamental no desenvolvimento e criação da CPLP. O tema surgiu como pauta de uma reunião feita por chefes de estado no ano de 1989 em São Luís no Maranhão e proposta inicial foi criar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, que a princípio não foi executado por falta de interesse dos Estados. Novamente, por iniciativa brasileira em 1993 aconteceu outra reunião, dessa vez em Nova Iorque, paralela à Assembleia Geral das Nações Unidas que culminou na primeira reunião para criação da CPLP no ano seguinte em Brasília. (CPLP, 2020)

Até chegar a sua fase final, a CPLP passou por algumas etapas. Na primeira etapa foi criado o Instituto Internacional de Língua Portuguesa e a Universidade dos Sete que integrariam o grupo. Nesse momento foram iniciadas mesas redondas afro-luso-brasileiras de diversos países até a primeira Cimeira em 1994. A criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa e da Universidade dos Sete, foram baseadas no pragmatismo, e com restrições financeiras. A capital seria Lisboa, capital lusófona, em que todos os países tinham representação. (MONTEIRO, 1996)

Nos primeiros meses foram elaborados a Declaração Constitutiva e os estatutos provisórios. A cooperação econômica foi um dos principais temas, mas naquele momento, ainda não era uma possibilidade em virtude da limitação de recursos disponíveis pelos Estados. Foi discutida a possibilidade de uma cooperação empresarial, seria viável com a participação de entidades públicas e privadas. Na próxima etapa, o Brasil procurou divulgar e promover a CPLP e estabelecer metas que pudessem ser exequíveis, uma nova reunião foi organizada por Portugal para que os objetivos pudessem ser concretizados e os projetos colocados em prática. Na reta final da criação, Cabo Verde solicitou participação, e a reunião para aprovação dessa inclusão foi realizada no Brasil, por demonstrar interesse nessa iniciativa. A última etapa aconteceu em Lisboa em 1996, em uma reunião com Ministros dos Negócios Estrangeiros, em que os países afirmaram compromisso com a comunidade lusófona. (MONTEIRO, 1996)

O grupo político surgiu para que os países que falam a língua portuguesa compartilham de um passado histórico semelhante pudessem ter uma atuação e representação no meio internacional mais relevante. A cooperação horizontal é um dos principais pontos de atuação da CPLP, promovendo integração e ampliando os laços que unem tais Estados e atuando em diversas áreas como educação, saúde, comunicação. (CPLP, 2022)

Os objetivos da criação da CPLP foram pautados no desejo dos países membros de consolidar a cooperação entre eles; se projetarem no cenário internacional; assumirem um projeto político baseado na língua; ressaltar os valores da democracia, defender Direitos Humanos e justiça social; concentração política e cooperação social, cultural e econômica com foco no desenvolvimento de seus países e coordenação de entidades públicas e privadas para promover a cooperação. (MONTEIRO, 1996)

Algumas mudanças nas relações internacionais como a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, trouxeram a possibilidade de novas dinâmicas e novas configurações no cenário internacional. Esse novo cenário contribuiu para o surgimento de novas organizações mais simples e flexíveis baseadas em interesses comuns. A CPLP seria definida então como uma coalizão aberta entre Estados com similaridades como a língua, buscando inserção no plano das relações internacionais contemporâneas. A Declaração Constitutiva da CPLP determinava que se tratava de um foro multilateral para o aprofundamento das relações mútuas e cooperação entre os membros, concertação e cooperação econômica, social e cultural, respeitando as identidades nacionais e a igualdade soberana entre seus membros e a participação em foros internacionais pelos Estados. (MONTEIRO, 1996).

O Brasil ter tomado frente na criação da CPLP foi um passo importante, por ter sido uma colônia, isso amenizava o cenário da descolonização da África que estava recente. Esse novo arranjo construído, diferente dos modelos pré-concebidos anteriormente, sem interesses econômicos, mas a partir de interesses comuns baseado no multilateralismo de características próprias no cenário internacional. (MONTEIRO, 1996)

Durante uma das conferências dos chefes de Estado que aconteceu em Maputo em Moçambique nos anos 2000, em que reconheceu o Timor-Leste como país observador e que estavam dispostos a aceitar sua participação após sua independência. Na ocasião foi definida a Declaração sobre cooperação, desenvolvimento e democracia na era da globalização. Os países afirmaram o compromisso no reforço a democracia e diálogo e participações no desenvolvimento social e econômico estimulam ao desenvolvimento tecnológico, segurança e combate ao crime organizado e transnacional, ampliando assim a concertação política e diplomática. (SARAIVA, 2001)

Os países observadores foram introduzidos na CPLP em 1998, durante a II Cimeira de Chefes de Estado. Os observadores associados são aqueles países lusófonos, ou terceiros que devem ser aceitos pelos Estados membros. Para ser aceito como Observador Associado é necessário ter princípios democráticos, boa governança e direitos humanos e os mesmos objetivos da organização. Na X e XI Conferências de Chefes de Estado e de Governo, realizadas em 2014 e 2016 Hungria, República Tcheca, República Eslovaca e Uruguai entraram para o grupo de países Observadores Associados somando dez, juntamente com Turquia, Senegal, Maurício, Namíbia, Geórgia e Japão. (CPLP, 2022)

O Brasil assumiu a presidência da CPLP pela segunda vez no período de 2016 a 2018 na XI Cúpula da Comunidade no final de 2016. A agenda definida para ser trabalhada durante o mandato foi “A CPLP e a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” que contém 17 objetivos que integram as áreas, econômica, social e ambiental. (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018)

De acordo com o artigo 18 do estatuto da CPLP o cargo de secretariado executivo é o principal órgão executivo, trata-se de uma alta personalidade de um dos países membros, eleito rotativamente por um mandato de dois anos, podendo ser renovado uma única vez responsável por gerir as decisões dos três órgãos deliberativos a conferência, conselho e o comité. (CPLP, 2007)

A agenda com foco no desenvolvimento sustentável foi escolhida com intuito de conciliar com a agenda das Nações Unidas de 2015 sobre a mesma temática. Sendo assim, os países da CPLP poderiam colocar em prática os objetivos estabelecidos agenda. Na IX Conferência de Chefes de Estado e Governo no ano de 2016 em Brasília sob a presidência de Michel Temer, que contou com a presença de representantes de todos os membros da CPLP. Nessa reunião foi aprovado o Relatório de Nova Visão Estratégica, com o que seria prioridade para ser trabalhado nos próximos anos. As prioridades da CPLP foram à facilitação da circulação de pessoas entre os países membros e observadores, interação e trocas culturais, educacionais e científicas e incentivo a fluxos comerciais. (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018)

No ano de 2017, a convite do então presidente do Brasil, Temer, foi realizada uma nova reunião em Nova York no mês de setembro na Missão do Brasil junto a ONU, momento em que acontecia a 72ª Assembleia-Geral das Nações Unidas. Na reunião foram discutidos os esforços dos Estados membros em colocar em realizar as

metas propostas dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Na ocasião o Brasil o primeiro do relatório do andamento da presidência brasileira na CPLP e os esforços para realizar a agenda 2030 no país. Além disso, demonstrou o funcionamento da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que contava com a participação da sociedade civil nas vias de cumprir os objetivos. (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018)

Em reunião sediada pelo Brasil em 2017 chamada RCOM, Reunião de Ordinária de Conselho e Ministros da CPLP, foram aprovados documentos importantes para a gestão, o Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica, a Resolução sobre o Reforço e Cooperação entre CPLP e Observadores Associados e o Plano de Ação Díli. O Documento de Operacionalização prevê ações para cumprir o Relatório de Nova Visão Estratégica através da concertação política e diplomática, cooperação e promoção e difusão da língua portuguesa. Essas ações têm o intuito de financiar projetos de cooperação, proteção internacional da marca CPLP, intensificação da cooperação entre os países observadores e associados com áreas de maior potencial para parcerias. Assim como, difusão da língua, cultura e capacitação de universitários e professores, intercâmbios entre instituições e mostras culturais. (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018)

O Plano de Ação de Díli, uma iniciativa do Timor-Leste com intuito de difundir a língua portuguesa definido na RCOM e mais tarde se tornou a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial para debater o futuro e potencial econômico da língua portuguesa. (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018)

Segundo Lopes, Mello e Kallás (2018), a cooperação técnica foi marcada pelos esforços para promover desenvolvimento sustentável e de capacidades, troca de conhecimento para cumprir a agenda. Foi criada uma estrutura de apoio dentro da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Coordenação Geral de Cooperação com a CPLP, voltada para a cooperação técnica e assessorar demais órgãos que atuassem em conjunto com a comunidade. A ABC assumiu a coordenação de reuniões de pontos focais de cooperação, tais reuniões acompanhavam o progresso dos projetos em cada área, assim como aprovação de projetos, e alocação de recursos.

A ABC deu continuidade a alguns projetos financiados com recursos brasileiros do Fundo Especial da CPLP criado em 2012 com cerca de 22 milhões de reais. São

eles: a Rede de Instituições Públicas de Educação Superior em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que visa integração e mobilidade acadêmica para contribuir para o desenvolvimento dos países membros. O Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com deficiência nos Países da CPLP, que foram realizados em Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, através da implantação de políticas voltadas a pessoas com deficiência. O projeto Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania realizada em São Tomé e Príncipe. O CPLP Rumo a Brasília, sobre a participação de instituições de recursos hídricos nos Estados membros da CPLP para o 8º Fórum Mundial das Águas de 2018, para o intercâmbio na gestão de recursos hídricos e governança da água. (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018)

A finalidade do Fundo Especial é apoiar projetos que promovam os objetivos da CPLP, são eles:

a - Difusão e o enriquecimento da Língua Portuguesa e o seu intercâmbio com outras línguas nacionais;

b - a criação intelectual e artística e o intercâmbio desportivo, educacional e cultural entre os Estados Membros da Comunidade;

c - as diversas formas de cooperação entre os Estados Membros nomeadamente: a concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das Organizações Internacionais; a cooperação inter-parlamentar; a cooperação económica; a cooperação educacional e cultural; a cooperação técnica e a cooperação científica e tecnológica;

d - desenvolvimento sustentável dos Estados Membros, o aproveitamento económico dos recursos naturais, a distribuição equitativa da riqueza gerada e o bem estar da população, a proteção e preservação do meio ambiente e o treinamento de recursos humanos.

Quanto às atividades promovidas, o Brasil buscou promover o símbolo da CPLP, assim como a proteção internacional da marca juntamente com Organização Mundial de Propriedade Intelectual que foi divulgado em 2018 pela organização e aos países membros. Intensificou reuniões periódicas com Estados membros a fim de articular e promover ações conjuntas e grupos temáticos como o Conselho de Direitos Humanos, a comissão sobre a Situação da Mulher e a Organização Mundial da Saúde. O Conselho sobre direitos Humanos conseguiu a primeira iniciativa conjunta dos

países da CPLP na conferência em Genebra da ONU, quanto ao respeito e a proteção dos direitos humanos de mulheres e meninas que está presente na agenda 2030. (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018)

No ano de 2018, ao final da presidência na CPLP, foram realizadas 13 reuniões ministeriais no Brasil, sobre diversos temas como Reunião Extraordinária de Segurança alimentar e nutricional e em junho de 2017, a Reunião de Ministros do Turismo em junho do mesmo ano, a Reunião de Ministros da Saúde em outubro, a Reunião pela igualdade de Gênero também em outubro. No ano de 2018, foram realizadas as reuniões com os Ministros do Comércio em março, com os ministros da educação e ciência e tecnologia entre outras diversas que ocorrerem. (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018)

O Brasil já contou com membros como secretários executivos na CPLP como João Augusto de Médicis foi eleito Secretário Executivo para o período 2002-2004, Dulce Pereira durante o mesmo período em que o Brasil foi presidente do grupo pela primeira vez. (CPLP, 2022)

2.3 A PRESIDÊNCIA DO BRASIL NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Quanto as ações realizadas pelo Brasil enquanto presidente do foro nas áreas focais foram. Na área de Língua Portuguesa e Cultura, acertaram a "Criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP". Brasil e Portugal criaram o "Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude" será destinado a escritores e ilustradores que desenvolvam trabalhos para crianças e adolescentes. A premiação acontecerá a cada dois anos com comissão julgadora de Brasil, Portugal e os países africanos de língua portuguesa. (LOPES, MELLO, KALLAS, 2018)

O Brasil se comprometeu em organizar a mostra no Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. Além disso, deu continuidade ao Centros Culturais e de Leitorados, também conhecido como Rede Brasil Cultural, no final de 2017 possuía com 52 unidades, 23 leitorados, 24 centros Culturais e 5 Núcleos de Estudos Brasileiros. Entre 2016 e 2017 foram realizados cursos de capacitação de professores que queiram ter a Língua Portuguesa como língua estrangeira. (LOPES, MELLO, KALLAS, 2018)

Na área de Segurança Alimentar e Nutricional aconteceu em Brasília a II Reunião

Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN), nessa reunião Cabo Verde, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe foram parabenizados pela criação de conselhos nacionais de segurança alimentar e Nutricional, também foi implantado o "Observatório para a Monitorização da Implementação das Diretrizes Voluntárias sobre Governança da Terra". (LOPES; MELLO;KALLÁS,2018)

Na área da Justiça foi consolidado a cooperação jurídica internacional no espaço CPLP. O Brasil também sugeriu a implementação do objetivo 16 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável sobre ter sociedades justas e pacíficas e justas para construir sociedades justas e eficazes. Com os ministros da Justiça da CPLP e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime aderiram a campanha Coração Azul no combate internacional ao tráfico de pessoas.

Na área da saúde foram estabelecidas algumas metas:

- a) incentivar o lançamento da Rede de Bancos de Leite Humano;
- b) retomar o projeto da rede ePORTUGUÊSe, que tem o importante papel de disseminar informação e apoiar o desenvolvimento de recursos humanos para a saúde nos países da Comunidade, por meio da partilha, em formato digital, de documentos dos ministérios da Saúde dos Estados membros da CPLP, tais como protocolos, guias e cursos à distância em temas de saúde;
- c) reestruturar o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP);
- d) dinamizar o trabalho da Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP), Rede de Escolas Técnicas de Saúde e das Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (RIDES Tuberculose, Malária e HIV/AIDS), já estabelecidas no âmbito do PECS-CPLP;
- e) incentivar o lançamento do Roteiro Estratégico de Implantação de Teles saúde nos países da CPLP;
- f) promover o estabelecimento de um Grupo de Trabalho sobre Saúde no contexto da Agenda do Desenvolvimento 2030, voltado à cooperação para implementação do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 3: "assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades".(LOPES;MELLO;KALLÁS,2018)

Foi lançada a Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP com base na experiência brasileira para a saúde infantil. Vários projetos foram desenvolvidos em parceria com a FIOCRUZ como a I Reunião de Telemedicina e Tele saúde parceria entre o Ministério da Saúde do Brasil e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), a Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Ministério da Saúde de Cabo Verde e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, o intuito é a inclusão de telemedicina e tele saúde aos Estados Membros e capacitação de recursos humanos, foi realizado também o simpósio sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde. (LOPES;MELLO;KALLÁS,2018)

Quanto ao Turismo, foi realizada a V Reunião dos Pontos Focais de Turismo, em que foi elaborado o Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP (2016-2026) e o Plano de Ação (2017-2018). Foi realizada IX Reunião de Ministros de Turismo da CPLP em Foz do Iguaçu em 29 de junho de 2017 em que os países passariam a compartilhar o modelo de políticas nacionais de turismo. Também foi discutido a implementação da Língua Portuguesa entre os idiomas da Organização Internacional de Turismo (OIT) e sua importância para a agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.(LOPES;MELLO;KALLÁS,2018)

De acordo com Lopes, Mello e Kallás (2018), na XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (RCOM), nessa reunião foram aprovados documentos para a difusão da Língua Portuguesa como Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica (2016-2026), a Resolução sobre o Reforço da Cooperação entre a CPLP e os Observadores Associados e o Plano de Ação de Díli. No documento de Visão Estratégica possui três objetivos principais são eles: Concertação Política e Diplomática, Cooperação e Promoção e Difusão da Língua Portuguesa. "A resolução em torno do reforço da cooperação da CPLP com os países observadores associados indica áreas com maior potencial para o estabelecimento de parcerias e projetos." ((LOPES;MELLO;KALLÁS,2018,pág. 32) O Plano de Ação de Díli (PADíli), criado a partir de iniciativa da presidência do Timor-Leste, tinha objetivo de difundir da língua portuguesa.

Na área da defesa foi realizada a XVIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP e foi aprovada o Colégio de Defesa da CPLP em caso de catástrofes. Foi realizada também 20ª Reunião dos Chefes de Estado Maior Geral das Forças Armadas da CPLP estados membros debateram a situação político-militar dos países

da CPLP e de seu entorno geográfico, e sobre mecanismos de resposta a situações de catástrofe na CPLP. (LOPES;MELLO;KALLÁS,2018)

Segundo Lopes, Mello e Kallás (2018), quanto ao governo eletrônico foram feitas as seguintes atividades durante a presidência de turno brasileira:

- a) participação no livro 15 anos de EGOV na CPLP, com capítulo brasileiro sobre o tema de governo digital;
- b) VII Reunião dos Pontos Focais da Governação Eletrônica da CPLP, no dia 16 de outubro de 2017, em Brasília;
- c) V Conferência da CPLP para Governação Eletrônica, juntamente com a Semana de Inovação, entre os dias 17 a 19 de outubro, também na capital federal;
- d) preparação do curso de segurança da informação para os países da CPLP.

Foi discutido o potencial de cooperação em segurança da informação a partir da possibilidade de compartilhamento da experiência brasileira no campo da política nacional de segurança da informação e na implantação dos Centros de Tratamento de Incidentes Cibernéticos. (LOPES;MELLO;KALLÁS, 2018)

A cooperação técnica buscou concretizar projetos da Agenda 2030. Foi criada a Coordenação-Geral de Cooperação com a CPLP (CGCCPLP), com o intuito de assessorar os diferentes órgãos federais em suas parcerias com a CPLP através da estrutura da ABC. A ABC assumiu a coordenação das Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC) para o monitoramento dos projetos em curso e como os recursos seriam realocados. O Brasil deu continuidade ao projeto de mapeamento dos interlocutores governamentais e não governamentais, e suas propostas para aprimorar o planejamento das ações de cooperação comunitária. O resultado foi a criação do Manual de Governança e Gestão da Cooperação na CPLP. (LOPES;MELLO;KALLÁS,2018)

O fundo especial de cooperação da CPLP é financiado por vários países e acontece tanto de forma bilateral quanto multilateral. O cumprimento dos projetos de cooperação não é uma obrigatoriedade prevista no estatuto da CPLP, os Estados membros se comprometem a cumprir o que é definido em reuniões, porém não há qualquer tipo de sanção em caso de descumprimento. Os dados do Fundo analisados estão disponíveis desde o ano de 2014 até o presente.(CPLP, 2021)

Projeto	Ano	Entidade Financiadora	Beneficiários	Valor total do projeto EUR	Obrigatoriedade de cumprimento
Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe	2014 a 2020	ABC, Brasil	São Tomé e Príncipe	982.909,00	Não
Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania	2014 a 2020	ABC	São Tomé e Príncipe	268.901,00	Não
Projeto "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)"	2014 a 2020	UNILAB ABC/MRE	Todos os Estados Membros	2.280.000,00	Não
Capacitação aos Países da CPLP conforme estabelecido no Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos	2014 a 2018	Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA) e ABC/MRE	Todos os Estados Membros	118.342,80	Não
Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	2014 a 2020	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil	Todos os Estados Membros	478.550,00	Não
Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP	2014 a 2020	Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA) e ABC/MRE	Todos os Estados Membros	873.035,26	Não
Programa CPLP nas Escolas (Fase 1 e 2)	2014 - 2015	Todos os Estados Membros	Todos os Estados Membros	290.130,48	Não

Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP	2014 – 2017	ABC	ABC, Brasil	58.814,00	Não
Ano CPLP contra o Trabalho Infantil	2016	Todos os Estados Membros	Todos os Estados Membros	105.725,88	Não
Portal do Ensino Superior, Ciência e tecnologia CPLP	2019 a 2020	Fundo Especial	Estados Membros	15.000,00	Não
TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa	2019 a 2020	Fundo Especial	Estados Membros	144.876,00	Não
Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP	2018 a 2020	Fundo Especial	Estados Membros	110.000,00	Não

FONTE: elaboração própria dados da CPLP

A tabela acima foi criada com dados e informações disponíveis pela CPLP sobre ações e projetos desenvolvidos através do Fundo Especial da CPLP no âmbito bilateral e multilateral de 2014 até 2020. A finalidade é demonstrar os projetos financiados pelo Brasil e sua participação e iniciativas de cooperação nos anos de 2016 a 2018 em que o Brasil se manteve afastado dos países africanos.

Vários projetos foram financiados pelo Brasil e outros por todos os Estados membros. São Tomé e Príncipe sendo um dos principais beneficiários com os projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe de 2014 a 2020 financiado pela ABC no valor de 982.909,00 EUR e o projeto Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania também no mesmo período no valor 268.901,00 EUR. Esses projetos demonstram o compromisso do Brasil com a CPLP e em financiar projetos culturais.

A maioria dos projetos tem o Brasil como financiador, há poucos projetos em que o Brasil é beneficiário como o Ano CPLP contra o Trabalho Infantil, Portal do Ensino Superior, Ciência e tecnologia CPLP, o TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa e o Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP. Os ganhos do Brasil com esses projetos por vezes é mínimo ou não são compatíveis com os investimentos do Brasil.

Apesar de não ser a principal característica da cooperação técnica as trocas financeiras, em dados momentos é inviável o financiamento de projetos tendo em vista que os ganhos do Brasil são em conhecimento, tecnologia e a *know-how* a longo prazo.

O único valor que o Brasil recebe efetivamente é o do Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP, que é um valor simbólico mal é suficiente para sua sobrevivência. O período de 2016-2018 é delicado, pois o país acabara de sofrer um golpe de Estado tendo um presidente que não era legítimo e buscava alinhamento com países do norte ou grandes potências no sistema internacional que conseguissem legitimar seu governo.

Os projetos e ações criadas quanto a cooperação não possuem nenhuma obrigatoriedade de cumprimento, os Estados apenas se comprometem a executar os projetos e monitorar sua aplicação, pode ser um dos motivos para que não haja esforços quanto a sua implementação, principalmente quando os ganhos são relativos quando se trata da cooperação horizontal.

O Governo Temer que assumiu a presidência do Brasil em 2016, ano em que o Brasil também assumiu a presidência da CPLP buscava legitimidade. O modo como Temer ascendeu o poder não foi de forma democrática e, portanto, nesse momento os países da CPLP ou menos desenvolvidos não poderiam dar o apoio que Temer precisava no momento. Apesar de continuar as relações com a África, principalmente na área comercial, essa não foi a prioridade da agenda da política externa brasileira. Temer optou por um alinhamento com norte-sul se distanciando das relações com os países do sul. Após o golpe que levou Temer ao poder, o presidente interino não teve apoio interno nem externo quanto ao seu governo. De acordo com informações da Folha de São Paulo de 2018, Temer foi o presidente mais impopular na história do Brasil desde o fim da ditadura com rejeição de 62% e chegando a 82% da população que consideraram seu governo ruim ou péssimo.

As relações com a África sobreviveram dos projetos e iniciativas dos governos Lula principalmente, isso porque o governo Dilma já apresentava uma inércia em sua política externa voltada para a África com poucas iniciativas de cooperação. A política de Temer buscava manter relações comerciais com países africanos, porém as relações ficavam somente nesse campo. A intenção era reduzir as relações com a África e trazer o Brasil para a normalidade, o professor Flávio Francisco explica “Normalidade para eles era, basicamente, manter algumas cooperações, que já são

históricas, alguns programas que já têm cerca de 30 anos, que envolvem intercâmbio com as forças armadas brasileiras. Cooperação técnica na área militar, na área da saúde, na área de educação, mas nada muito além disso". (NUNES, ROSÁRIO, 2022)

De acordo com Frazão e Froufe (2018), em reunião dos BRICS em 2018 Temer disse em seu discurso que "A aproximação com a África é para nós uma prioridade permanente" [...] "Queremos crescentemente aprofundar nossas relações econômicas com a África. O potencial a ser explorado ainda é enorme. O Brasil olha para a África com a determinação de empreender projetos que nos aproximem cada vez mais", porém Temer saiu da reunião antes dos países africanos discursarem.

A CPLP não representou uma oportunidade para o Brasil tanto em questões comerciais ou políticas, além do governo interino se afastar da África no momento em que o Brasil assumiu a presidência da CPLP não existem incentivos financeiros para a criação de novos projetos ou iniciativas.

A opção por um alinhamento diferente dos governos anteriores que priorizavam as relações com países africanos foi decidido através da tomada de decisão estratégica, para alcançar os interesses do Brasil no cenário internacional. Isso significa que os resultados da decisão foram de uma descontinuidade de anos de relações com a África, desprezando toda a importância da relação construída ao longo dos anos. Fatores como a Língua Portuguesa a proximidade cultural e passado colonial não foram suficientes para que a CPLP por si só se tornasse uma prioridade contínua na agenda de política externa brasileira, apesar de sua inegável importância.

Segundo o argumento de Dominguez (2017), durante anos a política externa do Brasil era uma política ativa e reconhecida no cenário internacional como um dos importantes países emergente. O Brasil conseguiu manter relações sólidas tanto bilaterais quanto multilaterais além de mediador importante, independente da posição política dos outros países, além de conseguir alcançar seus interesses através de suas políticas. Temer ao contrário se comprometeu em desfazer tudo que os governos anteriores constituíram com relações sólidas e voltadas ao sul global com o argumento de que tais políticas eram ideológicas mas [...] "eles convenientemente desconsideram o fato de sua atual política externa se basear em uma ideologia neoliberal que favorece fortemente os grupos empresariais que mantêm o governo Temer no poder".(DOMINGUEZ,2017, s.p)

A política externa de Temer foi baseada na busca pela legitimidade e suas políticas passaram por um processo decisório levando em consideração fatores

internos e externos. Sua tentativa de formular políticas foi baseada em diminuir a rejeição de seu governo tanto na esfera interna quanto externa e conciliar com os interesses dos grupos que o apoiavam, as elites. Os países africanos por não representarem força política ou grandes influência no cenário internacional foram deixados em segundo plano, assim como a cooperação sul-sul.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi desenvolvido em torno da pergunta de pesquisa para analisar se a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por parte do Brasil, representou uma oportunidade para o aprimoramento da estratégia de cooperação para o desenvolvimento de 2016 a 2018. Entender qual o papel da África na agenda de política externa brasileira, em que momentos ela foi importante e quais os ganhos do Brasil com essa relação.

Ao longo deste trabalho foi possível notar a importância que a África teve na política externa brasileira desde sua criação, a relação com os países africanos possibilitou o Brasil passar de um simples país receptor de cooperação e passar a um país doador de cooperação e alcançando reconhecimento e prestígio em foros internacionais. Principalmente após os anos 2000, a África se tornou prioridade na agenda de política externa brasileira e somente no governo de 2016 é que houve uma ruptura mais abrupta nesse relacionamento.

No primeiro capítulo foi possível observar que as relações do Brasil foram importantes para que o Brasil pudesse alcançar seus objetivos. Através das relações com a África, o Brasil pode se projetar no cenário internacional e deu apoio aos países africanos para se desenvolverem em várias áreas importantes após suas recém independências. Apesar das relações por vezes distantes, o Brasil conduziu bem as relações luso africanas no sentido de promover seus interesses. Nem sempre a relação do Brasil com os países africanos foi de constante prioridade, no entanto, as relações marcaram importantes feitos, tanto para o Brasil que conseguiu projeção internacional quanto para os países africanos que conseguiram se desenvolver e trocar know how com o Brasil.

Foi apresentado o histórico de cooperação internacional para o desenvolvimento desde seu surgimento até a cooperação técnica e como o Brasil legitimou sua imagem na comunidade internacional através da união de países do sul global, dando ênfase nas relações África. Também foi apresentada a CPLP, que foi criada com o objetivo de consolidar a identidade, promover cooperação e desenvolvimento econômico e social dos países de língua portuguesa e criar uma concertação política e diplomática, assim como sua importância para o Brasil que esteve envolvido em todas as suas fases de criação. Foram apresentados os projetos

financiados pelo Brasil e os feitos durante sua presidência no biênio de 2016-2018 e por fim analisado como Temer conduziu as relações com a África durante seu governo.

Alguns fatores foram importantes para o afastamento do Brasil com a África. No intuito de ter reconhecida a legitimidade de seu governo, Temer buscou se alinhar com grandes potências se afastando de países menos desenvolvidos com pouca influência no sistema internacional, o alinhamento principalmente com os Estados Unidos era essencial para firmar seu governo. Além disso, a política externa de Temer queria se afastar das chamadas políticas ideológicas dos governos anteriores.

As relações do Brasil com a África não tiveram avanços, somente foram continuados projetos já existentes pois o governo Dilma já apresentava uma inércia quanto a sua política externa voltada para a África, Dilma apenas deu continuidade aos projetos iniciados no governo Lula e não tiveram muitos avanços nas relações luso africanas. O momento econômico delicado do Brasil de 2016 a 2018 também foi um fator para o afastamento da África, em que o Brasil é unicamente doador. Nesse tipo de cooperação nem sempre existem ganhos reais com a relação com países da CPLP pois o valor da manutenção dos projetos é irrisório e por suficiente apenas para sua manutenção, isso justifica a não prioridade do fórum na agenda de política externa brasileira. Por essa razão, em dados momentos a CPLP não é uma prioridade pois ela por si só, não consegue por vezes oferecer o que o Brasil precisa para alcançar seus objetivos.

A presidência da CPLP não representou uma oportunidade para cooperação e desenvolvimento da política externa brasileira pelo lugar que a África ocupou nos anos de 2016-2018. A descontinuidade na política externa de Temer da relação que foi consolidada com a África no governo principalmente Lula mostraram o desinteresse de Temer em priorizar os países do sul ou priorizar relações em que os ganhos são menores ou não necessariamente comerciais. A ruptura de Temer marca um novo afastamento que será difícil reverter pois as ações de seu governo não foram bem-vistas por governos africanos. O futuro das relações Brasil e África são incertos até o governo atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasileira de Cooperação. **Histórico**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/sobreabc/historico>. Acesso em: 04/04/22.

CERVO, Amado. A cooperação técnica internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 37, n. 1, pp. 37-63, 1994.

CERVO, Amado Luiz. **Política exterior e relações internacionais do Brasil**: enfoque paradigmático. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/zbz5ycSxKHRYZCRpkPqRyGF/?lang=pt>. Acesso em: 07/04/22. 2003.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **2007**. Disponível em: http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf. Acesso em: 04/04/22.

CPLP. **QUADRO DE EXECUÇÃO DO FUNDO ESPECIAL**. 2014-2020. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-3034.aspx>. Acesso em: 14/04/22.

CPLP. **Regimento Fundo Especial**. Disponível em: https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx%3FFile%3D%252FFiles%252FFiler%252F1_CPLP%252FCooperacao%252FFundo-Especial%252F5_Regimento-do-FECPLP_APROVADO_limpo-e-formatado.pdf&ved=2ahUKEwjVssPqpYb4AhWqrZUCHWmGDEYQFnoECAQQAQ&usg=AOvVaw0nQSC01baW7WH2d668pzLG. Acesso em: 14/03/22. 2021.

CPLP. **Secretariado Executivo**. Disponível em: <https://secretariadoexecutivo.cplp.org/anteriores-secretarios/joao-augusto-de-medicus/>. Acesso em: 22/05/22. 2022.

_____. **Secretariado Executivo**. Disponível em: <https://secretariadoexecutivo.cplp.org/anteriores-secretarios/dulce-pereira/>. Acesso em: 22/05/22. 2022.

_____. **Observadores associados**. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2765.aspx>. Acesso em: 22/05/22. 2022.

_____. **Objectivos**. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Acesso em: 22/05/22. 2022.

_____. **Histórico - como surgiu?** Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 16/03/22. 2020.

DOMINGUEZ, Maria Rodriguez. **No Longer Activa e Altiva: Brazil's Foreign Policy Stumbles under Temer.** Council on Hemispheric Affairs. Disponível em: <https://www.coha.org/no-longer-activa-e-altiva-brazils-foreign-policy-stumbles-under-temer/>. Acesso em: 22/05/22. 2017.

IPRI. **Discurso por ocasião da cerimônia de transmissão de cargo.** Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/repertorio/index.php/categorias/10-africa/9-discurso-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-de-cargo>. Acesso em: 12/05/22.

FRAZÃO Felipe, FROUFE Cecília. **Temer diz que África é prioridade permanente, mas deixa reunião dos Brics antes do fim.** Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-diz-que-africa-e-prioridade-permanente-mas-deixa-reuniao-dos-brics-antes-do-fim,70002417955.amp>. Acesso em: 20/04/22. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Após reprovação recorde, Temer encerra governo com rejeição em queda, mostra Datafolha.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml>. Acesso em: 20/04/22. 2018.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.** Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/842-Brasil_e_a_Cooperacao_SulSul_em_tres_momentos_de_Politica_Externa_O.pdf&ved=2ahUKEwja3buihlb4AhVIBLkGHf_3Cj8QFnoECAMQAQ&usq=AOvVaw107zvhEnYXNGQ84-aF6qJK. Acesso em: 12/05/22. 2011.

FERREIRA, Wallace. **Revisitando a África na política externa brasileira: distanciamentos e aproximações da “independência” à “década de 1980”.** Disponível em: <https://www.jus.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/2296>. Acesso em 16/03/22.

LECHINI, Gladys. **O Brasil na África ou a África no Brasil?** A construção da política africana pelo Itamaraty, Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/p9-4_1.pdf. Acesso em: 12/05/22. 2008.

LOPES, Luís Henrique Sobreira; MELLO, Fernando Figueira de; KALLÁS, Maria Lima. **A presidência brasileira na CPLP (2016-2018)**. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja-nova/produto/1-515-presidencia-brasileira-da-cplp-2016-2018-a-textos-e-documento>. Acesso em: 13/05/22. 2018.

MONTEIRO, António. **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Instituto da Defesa Nacional, [S. l.], Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1598>. Acesso em: 12/05/22. 1996.

NUNES Caroline, ROSÁRIO Fernanda. **O que restou da relação Brasil e África são resquícios da aproximação de governos anteriores**. África & Diáspora. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/africa-diaspora/o-que-restou-da-relacao-brasil-e-africa-sao-resquicios-da-aproximacao-de-governos-anteriores-avaliam-especialistas>. Acesso em: 14/04/22. 2022.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesia. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD no período 1995-2005**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

RIZZI, Kamilla Raquel; CRUZICHI, Isabella. **A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança**. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbea/article/view/79143>. Acesso em: 22/05/2022.

R. S. Milani, C., & C. O. Carvalho, T. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano**. *Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas*, 1(1). 2013.

SANTOS Boaventura de Sousa, MENESES Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf&ved=2ahUKEwjjuOlgIb4AhWespUCHQomAelQFnoECA0QAQ&usq=AOvVaw0KoG14fWQPkUWaxEByp35W. Acesso em 22/05/22.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos. **A cooperação Sul-Sul brasileira a partir da análise da cooperação em registro civil de nascimento com Guiné Bissau: uma aplicação da teoria da policy transfer**. 2013. 113 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional)—
Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível
em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482>. Acesso em 22/05/22.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):** solidariedade e ação política. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SCHILICKMANN, Mariana. **Divisão África:** as diretrizes da política externa brasileira para o continente africano durante a ditadura militar no Brasil (1964 – 1978). Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mariana-Schlickmann/publication/348886333_DIVISAO_AFRICA_as_diretrizes_da_politica_e_xterna_brasileira_para_o_continente_africano_durante_a_ditadura_militar_no_Brasil_1964_1978/links/601496d345851517ef269596/DIVISAO-AFRICA-as-diretrizes-da-politica-externa-brasileira-para-o-continente-africano-durante-a-ditadura-militar-no-Brasil-1964-1978.pdf. Acesso em: 22/05/22.

SILVA, Álvaro Vicente da Costa. **A política externa do Governo Michel Temer (2016-2018):** mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. Disponível em: <http://oaji.net/pdf.html%3Fn%3D2019/2137-1554726117.pdf&ved=2ahUKEwj6qH2ilb4AhUUR7gEHfQmDT4QFnoECAgQAQ&usg=AOvVaw3SbWCJcGSIf3ZH1VAkZL9B>. Acesso em: 13/05/22. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A relação Brasil-Africa:** prestígio, cooperação ou negócios. Rio de Janeiro, RJ. Alta Books, 2016.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Brasil e o Mundo:** a política externa e suas fases. p. 134-154, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php%3Fid%3D3273469&ved=2ahUKEwiShtqggob4AhUau5UCHSCiAdUQFnoECAUQAQ&usg=AOvVaw1gybOH3hG62rvUdHO2hsrn>. Acesso em: 04/05/22. 1999.

Ziebell de Oliveira, G., & Mallmann, V. **A política externa brasileira para a África de Lula a Temer:** mudança matricial em meio à crise. Carta Internacional, 15(3). Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v15n3.2020.990>. Acesso em 04/05/2022. 2020.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

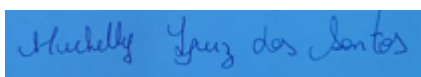
ANEXO I APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Michelly Luz dos Santos do Curso de Relações Internacionais matrícula 2016.2.0043.0002-0 telefone: (64) 9942 - 0671 e-mail Michelly Luz dos Santos na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A cooperação internacional para o desenvolvimento como instrumento de política externa: o caso da liderança brasileira no biênio 2016-2018, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 23 de junho de 2022.

Assinatura do(s) autor(es):



Nome completo do(s) autor(es): Michelly Luz dos Santos

Assinatura do professor-orientador:



Nome completo do professor-orientador: Guilherme Augusto Batista Carvalho